

CASO MASTER

Cunhado de Vorcaro é dispensado de depôr

Decisão é do ministro André Mendonça e mais um revés para a CPI do Crime Organizado

» FABIO GRECCHI
» LUANA PATRIOLINO

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, concedeu uma decisão desobrigando o empresário Fabiano Zettel, cunhado do banqueiro Daniel Vorcaro — ex-dono do Banco Master —, de prestar depoimento à CPI do Crime Organizado no Senado. A convocação havia sido aprovada na quarta-feira, na reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que também convocou dois irmãos do ministro Dias Toffoli, do STF, José Carlos e José Eugênio — Mendonça também os liberou de prestar depoimento à CPI.

Zettel havia pedido para não ser obrigado a comparecer ao colegiado sob argumento do direito de não se incriminar. Na decisão, Mendonça diz haver jurisprudência do Supremo no sentido de que o direito de um investigado à não autoincriminação “abrange a faculdade de comparecer ou não ao ato” e que “inexiste obrigatoriedade ou sanção pelo não comparecimento”.

A decisão ao pedido da defesa do cunhado do Vorcaro afasta a obrigatoriedade de comparecimento, “deixando a cargo do requerente a decisão de comparecer, ou não, à ‘CPI do Crime Organizado’”. Além disso, determina que, caso Zettel decida comparecer à comissão, tem assegurado o direito ao silêncio, a um advogado durante o depoimento e de não ser submetido ao “compromisso de dizer a verdade ou de subscrever termos com esse conteúdo”. Mendonça frisa, ainda, que o empresário não poder sofrer constrangimentos

Instagram pessoal



Zettel é gestor de fundos que transacionaram a compra da participação da Maridt no resort Tayayá

físicos ou morais “decorrentes do exercício dos direitos anteriores”. Zettel foi preso pela Polícia Federal (PF) em janeiro durante a segunda fase da Operação Compliance Zero. Casado com Natalia Vorcaro, irmã do banqueiro, ele é pastor da igreja Lagoinha e foi o maior doador das campanhas do ex-presidente Jair Bolsonaro e do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), em 2022.

O empresário é fundador e CEO da Moriah Asset, um fundo de investimentos. É sócio do Grupo Frutaria, dono de marcas como Frutaria São Paulo, Empório

Frutaria e Néctar, além da rede de açaí Oakberry, da academia Les Cinq, Desinchá e Super Nutrition. Ele foi preso de forma temporária durante a madrugada porque tentava embarcar em um voo para os Emirados Árabes Unidos. A prisão foi feita para impedir que ele saísse do país. Ele foi solto horas depois.

Derrotas

A CPI do Crime Organizado sofreu dois fortes revesses nas últimas 48 horas. Na sexta-feira, o ministro Gilmar Mendes anulou a quebra dos sigilos bancários, fiscal e telefônico (mensagens de telefone e

e-mails) da Maridt Participações, empresa que tem entre os sócios Toffoli e os irmãos José Carlos e José Eugênio — ambos já haviam sido dispensados por Mendonça de prestar depoimento aos senadores da comissão. Segundo o magistrado, o colegiado desrespeitou os limites da investigação e agiu sem apresentar elementos concretos que ligassem a empresa aos fatos investigados.

Ao tomar conhecimento da decisão de Gilmar, o presidente da CPI, senador Fabiano Contarato (PT-ES), afirmou que vai avaliar “caminhos processuais cabíveis”. (Com Agência Estado)

Ligação Zettel-Tayayá

» Em 2021, o fundo Arleen, que tinha Fabiano Zettel como um de seus principais administradores, adquiriu uma fatia do resort Tayayá. Registros da Junta Comercial do Paraná indicam que a Maridt Participações recebeu cerca de R\$ 3,1 milhões pela venda dessa parte.

» Ao todo, estima-se que Zettel, por meio dos fundos Leal e Arleen (geridos pela Reag Investimentos, alvo da Operação Compliance Zero, deflagrada pela Polícia Federal em 18 de novembro de 2025), tenha aportado, aproximadamente, R\$ 20 milhões no empreendimento para tornar-se sócio. Mensagens interceptadas pelos investigadores sugerem que o montante total investido pelo grupo ligado a Vorcaro no resort pode ter chegado a R\$ 35 milhões.

» O ministro Dias Toffoli admitiu ser sócio da Maridt, mas afirmou que a gestão era feita por seus irmãos. A empresa chegou a deter cerca de um terço do resort.

» A saída da Maridt do Tayayá foi concretizada em 21 de fevereiro de 2025. A participação restante da empresa e a do fundo Arleen foram vendidas para o advogado Paulo Humberto Barbosa.

» A Reag apareceu, inicialmente, na Operação Carbono Oculto, de agosto de 2025, que investiga a infiltração do Primeiro Comando da Capital (PCC) no setor de combustíveis e no mercado financeiro. A gestora de fundos é suspeita de lavar dinheiro para a facção criminosa.

» Na Operação Compliance Zero, a Reag teria administrado fundos usados em triangulações para desviar recursos do banco, comprando ativos de baixo valor por preços inflados para ocultar rombos no balanço.

» Em 15 de janeiro, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial da Reag Trust (braço de administração de fundos da gestora) por graves violações às normas do Sistema Financeiro Nacional e risco à higidez do mercado.

» O liquidante nomeado pelo BC trabalha para transferir os fundos administrados pela Reag para outras instituições saudáveis, a fim de proteger o patrimônio dos cotistas.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Ao deixar comando do Cidadania, Freire indica Alex Manente

A literatura latino-americana já descreveu com precisão clínica o momento em que um ciclo de poder se encerra. A cena de abertura de *O Outono do Patriarca*, de Gabriel García Márquez, permanece como uma das metáforas mais contundentes da decomposição política: “Durante o fim de semana os urubus entraram pelas varandas da residência presidencial, bicaram as telas metálicas das janelas e o alito de suas asas agitou o tempo estagnado lá dentro, e na madrugada de segunda-feira a cidade acordou de sua letargia de séculos com a brisa morna e macia do grande homem morto e apodrecido...”

A passagem simboliza o fim do “tempo interminável” do caudilho. O que parecia eterno já estava morto — apenas ninguém ousava admitir. Guardadas as proporções entre ficção e realidade, a metáfora de Gabo ilustra a crise do Cidadania, que ultrapassa a disputa sucessória. Tornou-se existencial.

Roberto Freire anunciou no X (ex-Twitter) que deixará o comando da legenda no congresso extraordinário convocado para quarta-feira, em São Bernardo do Campo, quando pretende transferir a presidência ao deputado Alex Manente. Freire retornou ao posto por decisão judicial, mas ainda enfrenta forte resistência da maioria do Diretório Nacional, que convocou outro congresso para sexta-feira. Dois congressos. Duas legitimidades reivindicadas. Uma implosão institucional.

A trajetória centenária da legenda vem do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ao PPS e ao atual Cidadania. Ao longo da história foi liderado por intelectuais, como Astrojildo Pereira, Heitor Ferreira Lima e Fernando de Lacerda, e os militares Luís Carlos Prestes, Giocondo Dias e Salomão Malina. A ruptura de agora atinge o núcleo dessa memória. “Pela última vez, como presidente do meu único partido em que fui filiado desde 1962...”, escreveu Freire. A frase condensa seis décadas de militância, da clandestinidade à democracia.

Mas também encerra um ciclo. A reunião que convocou o congresso contou com apenas 22 dos 102 dirigentes nacionais; 67 não participaram, em protesto pela manipulação digital da reunião virtual anterior. A maioria sustenta que não houve quórum estatutário (50%+1) para Freire convocar o congresso, com regras criadas para garantir a eleição de Manente.

A divergência é mais que política: é jurídica e simbólica. Quando dois atos convocatórios se reivindicam legítimos, a autoridade se fragmenta. Não há mais ação coletiva sustentada por consenso. Quando o consenso existencial se rompe, o poder se dissolve. O problema não está apenas na sucessão, mas na natureza da transição. Ao defender Manente, Freire não promove simples *aggiornamento* — atualização coerente com a identidade histórica. O que se desenha é uma ruptura transformista, argumentam os dirigentes históricos. Na ciência política, *aggiornamento* pressupõe continuidade identitária; transformismo é adaptação pragmática que desloca o eixo político sem debate programático explícito.

História perdida

Com base eleitoral conservadora na região do ABC, Manente representa uma inflexão à direita. Aliado de Tarcísio de Freitas, aproxima-se do campo que gravita em torno de Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Sua proposta central é federar o partido ao Republicanos, presidido pelo bispo da Igreja Universal do Reino de Deus e deputado federal Marcos Pereira. Trata-se de deslocamento estratégico profundo para uma legenda que sempre reivindicou a linhagem da esquerda democrática e republicana.

A maioria do Diretório reagiu convocando novo congresso, remoto, com base nos eleitos em 2022. Entre os signatários estão quadros históricos, parlamentares e dirigentes que participaram da resistência à ditadura e da transição do PCB ao PPS. A ruptura não é periférica — é central. Se a sucessão já tensionava a identidade da legenda, a dualidade convocatória converte a crise em confronto aberto.

No romance de García Márquez, o palácio permanece de pé, mas o poder apodrece por dentro. No Cidadania, a implosão é ruidosa: resoluções, listas de assinaturas, disputas estatutárias. Mas o sentido profundo é semelhante: o fim do “tempo contínuo”. Em disputas dessa natureza, raramente há vencedores. É um jogo de perde-perde. Mesmo que um dos congressos prevaleça juridicamente, o custo político já está dado: possível desembarque de quadros, fragmentação da bancada, erosão da narrativa histórica.

Freire encerra sua trajetória com melancolia pessoal e perda de dimensão histórica. Seu gesto sucessório produziu o efeito inverso ao pretendido: em vez de estabilizar, detonou a implosão. O partido enfrenta uma encruzilhada. Perdeu a oportunidade de transformar a crise num momento constituinte real, com debate aberto sobre identidade e projeto, para produzir uma nova síntese política democrática. O caminho escolhido é o da fragmentação. Como ensina a literatura, o poder não termina quando alguém sai. Termina quando já não representa o que dizia encarnar. Quando isso ocorre, os urubus não precisam arrombar as portas. Eles entram pelas varandas.



Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal



Brasília-DF, 01/03/2026

Novo PDOT: mercado imobiliário do Distrito Federal aposta em mais fiscalização e segurança jurídica

A sanção do novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), realizada recentemente pelo governador Ibaneis Rocha, representa uma grande conquista para a população do Distrito Federal, que aguardava sua atualização desde 2019. A expectativa do mercado imobiliário é de que as novas regras para o combate ao loteamento e construções irregulares passem a ser mais rigorosas e tragam segurança jurídica para todos.

Um mercado imobiliário saudável depende de regras claras, fiscalização efetiva e visão de longo prazo. O novo PDOT oferece essa base. Um dos principais méritos da lei é o reforço do planejamento urbano como instrumento de segurança jurídica. Essa integração entre políticas urbanas, ambientais, habitacionais e de mobilidade fortalece o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal.

É válido destacar que o novo plano diretor é resultado de um

processo inédito e imensamente participativo da sociedade. Além disso, a nova legislação reflete a parceria entre os poderes Legislativo e Executivo ao lado do setor produtivo, que acompanhou o debate técnico desde o início dos trabalhos.

A Associação de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI DF) entende essa governança territorial participativa, com acompanhamento contínuo e assento da população, como um caminho estratégico para uma normatização mais célere e eficiente das novas regras.

O PDOT é um avanço significativo para a consolidação de um mercado imobiliário mais seguro, transparente e juridicamente estável no Distrito Federal. Ele encerra com chave de ouro o arcabouço jurídico do setor produtivo, que defende o crescimento ordenado do território como a melhor forma de se combater as invasões e ocupações ilegais.